



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	A (des)construção da figura feminina: uma análise do Recurso Extraordinário 528.684 MS
Autor	ANA CAROLINA VOGES DE CAMPOS
Orientador	FERNANDA FRIZZO BRAGATO
Instituição	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Autora Ana Carolina Voges de Campos
Orientadora Profa. Dra. Fernanda Frizzo Bragato
UNISINOS

O presente trabalho almeja, a partir da Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ), averiguar se na fundamentação da decisão do Recurso Extraordinário 528.684 MS há trechos ou marcas do discurso liberal individualista (discurso tradicional dos direitos humanos) ou se o viés da fundamentação parte para o paradigma da descolonialidade que, por sua vez, considera teorias e visões históricas outras além do liberalismo e do individualismo. O Recurso Extraordinário em questão versa sobre direito das mulheres diante de discriminação em concurso público para a polícia militar do estado do Mato Grosso do Sul, o edital daquele previa somente a participação de concorrentes do sexo masculino.

A ACDJ parte do pressuposto que texto é um objeto sociocultural que carrega em si uma ideologia, podendo essa ser implícita ou explícita. Através dessa ideologia são reafirmados ou estabelecidos estereótipos e pré-conceitos acerca de um determinado grupo ou temática. O conteúdo ideológico de um texto é construído desde a gênese do mesmo, sendo assim impossível desassociá-los. Partindo desse pressuposto, chega-se a conclusão lógica que a realidade textual é construída, sobretudo, com as ideologias do sujeito que o produz. A abordagem da ACDJ é tridimensional e transdisciplinar uma vez que elenca direito, sociedade e linguagem. Já a tridimensionalidade daquela, de acordo com Fairclough (2001), ocorre com a análise do texto, análise das práticas discursivas em articulação com a análise das práticas sociais.

A escolha pela decisão que envolve direito das mulheres decorre, além do fato dessas serem um grupo minoritário, do entendimento que a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados, entre os quais está o controle de gênero e sexualidade (Mignolo, 2009). Ao trazeremos as questões de gênero para o projeto colonial, é possível entender de que forma foi estruturada a assimetria de poder no mundo contemporâneo.

Procura-se traços de descolonialidade na decisão por acreditar que esta tem papel central na reflexão e na (des)construção das relações de poder e hegemonia. A matriz teórica descolonial considera uma pluralidade de agentes como construtores, seja social ou culturalmente, dos novos rumos e fins dos direitos humanos. Tal construção dá-se à medida que cada grupo de agentes passa a se identificar com o conceito de direitos humanos e começa a contribuir com a especificação do conteúdo normativo já que faz parte da sua história e experiências (Bragato, 2014).

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa aprovado pelo Edital Universal do CNPq cujo título é “Direitos das minorias e grupos vulneráveis: uma análise do discurso de fundamentação nas decisões do STF”, coordenado pela Profa. Dra. Fernanda Frizzo Bragato no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos .

A metodologia adotada é a análise crítica do discurso jurídico e a técnica de pesquisa é documental e revisão bibliográfica. A primeira técnica consiste na coleta e análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal enquanto a segunda associa o conteúdo daquela com as produções bibliográficas de teóricos descoloniais.

Até o momento, percebe-se uma naturalização dos estereótipos construídos acerca da figura feminina. Através da análise crítica do discurso jurídico da decisão em questão é possível apurar que criações históricas e sociais são consideradas naturais o que, segundo Quijano (2000), é uma característica da colonialidade e dos discursos hegemônicos.